

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 037.796/2023-2 [Aposos: TC 039.401/2023-5, TC 039.110/2023-0, TC 007.896/2024-7]

Natureza: Representação.

Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Enel Brasil S.A; Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia

Representação legal: não há.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. BLECAUTE NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. ENEL/SP. NOVA OCORRÊNCIA. ELEVADOS PREJUÍZOS. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES. INDICADORES CONTRATUAIS INSUFICIENTES. DETERMINAÇÃO CAUTELAR Á ANEEL.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de representação formulada pelo Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para que este Tribunal analise as causas do blecaute ocorrido na Rede de Distribuição do estado de São Paulo e acompanhe as medidas adotadas pelo Governo Federal no que se refere à obtenção de explicações das concessionárias de distribuição de energia elétrica em São Paulo sobre a interrupção nos serviços públicos essenciais prestados.

2. A Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) realizou inspeção inicial para avaliação do apagão ocorrido no final de 2023 e identificou a necessidade de recomendações aos órgãos competentes para o aprimoramento da qualidade dos serviços (peças 64 a 66).

3. Contudo, novo apagão ocorreu recentemente, após temporal em 11 de outubro, com consequências mais graves, afetando a vida de 2 milhões de cidadãos paulistanos.

4. Diante desse novo fato, na condição de Relator deste trabalho, e atendendo a solicitação do Presidente Bruno Dantas, estive nos primeiros dias desta semana na capital paulista para reuniões com o intuito de ouvir os diversos interessados na solução do grave problema ocorrido em face da falta de energia após o temporal.

5. Participei de reuniões com o Governador de São Paulo e com Prefeitos de diversos municípios afetados, com o Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e com o Presidente da ENEL Brasil S.A, concessionária responsável pelo gerenciamento da matéria.

6. Durante essas reuniões, foram relatados graves indícios de irregularidades na atuação da concessionária que demandam aprofundamento dos trabalhos por este Tribunal.

É o relatório.

## VOTO

Trata-se de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para que esta Corte analise as causas do blecaute ocorrido na Rede de Distribuição do estado de São Paulo a partir do dia 3/11/2023 e acompanhe as medidas adotadas pelo Governo Federal no que se refere à obtenção de explicações das concessionárias de distribuição de energia elétrica em São Paulo sobre a interrupção nos serviços públicos essenciais prestados.

2. A Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) realizou inspeção inicial para avaliação do apagão ocorrido no final de 2023 e identificou a necessidade de recomendações aos órgãos competente para o aprimoramento da qualidade dos serviços (peças 64 a 66).

3. Recentemente, em 11/10/2024, incidente mais grave ocorreu no mesmo sentido em diversas cidades do Estado de São Paulo, com prejuízo a milhares de cidadãos paulistanos.

4. Na condição de Relator deste trabalho que cuida da apuração das causas do blecaute ocorrido na Rede de Distribuição do estado de São Paulo, e atendendo a solicitação do Presidente Bruno Dantas, estive nos primeiros dias desta semana na capital paulista para reuniões com o intuito de ouvir os diversos interessados na solução do grave problema ocorrido em face da falta de energia após o temporal.

5. Participei de reuniões com o Governador de São Paulo e com Prefeitos de diversos municípios afetados, com o Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e com o Presidente da ENEL S.A, concessionária responsável pelo gerenciamento da matéria.

6. Registro minha preocupação com os fatos inadmissíveis que me foram apresentados, principalmente por ter afetado a maior cidade do Brasil e da América do Sul, capital do Estado responsável por 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

7. Na noite de 11/10/24 houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica em vários municípios do Estado decorrente de chuvas e fortes ventos, com impacto direto em 2,4 milhões de consumidores. O atendimento da concessionária em relação a esse grave problema foi lento. Muitos consumidores ficaram aguardando o reestabelecimento durante dias. Após 5 dias desse apagão, ainda restam 200.000 consumidores sem o devido atendimento.

8. As consequências dessa falta de energia por longo período se mostram gravíssimas em face de prejuízos vultosos: perda de alimentos, medicações e vacinas, cancelamentos de reservas em hotéis e restaurantes são apenas alguns exemplos. Vale lembrar que a ausência de energia prejudica também o fornecimento de água para a população em virtude da dificuldade do bombeamento feito pela Sabesp.

9. Segundo a Fecomércio-SP, o apagão já causou R\$ 1,65 bilhão em prejuízos apenas ao varejo e aos serviços da cidade de SP.

10. Vale lembrar, inicialmente, que o controle realizado por este Tribunal em concessões é de segunda ordem, uma vez que sua fiscalização tem por base a verificação da atuação da agência reguladora, em especial no tocante aos padrões de qualidade do serviço público prestado pela concessionária a seus consumidores.

11. Vale lembrar, ainda, que o Poder Concedente, no caso a União, representada pelo Ministério das Minas e Energia nesse caso, assessorado pela Agência Reguladora (Aneel), tem o dever de acompanhar a mencionada qualidade dos serviços e, em casos graves, de acordo com a Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação desses serviços ou, até mesmo, declarar a caducidade do contrato.

12. O contexto desses apagões é muito grave quando consideramos que houve 3 eventos críticos durante 12 meses, com prejuízos reais a população em face da interrupção do fornecimento por

vários dias. Em um deles, ocorrido em março no centro da capital, não houve tempestades que pudessem justificar essa interrupção.

13. De acordo com informações preliminares, diferentemente da Enel S.A., as concessionárias CPFL e Neoenergia reestabeleceram com prontidão o serviço de fornecimento de energia elétrica a todos os seus clientes em suas respectivas áreas de atuação no estado de São Paulo.

14. Pois bem, durante as reuniões mencionadas, pude observar a ocorrência de diversos indícios de irregularidades que necessitam uma firme atuação deste Tribunal. Destaco que recebi Carta assinada pelo Governador do Estado e por 17 Prefeitos de municípios impactados pelo apagão indicando diversas irregularidades no processo.

15. Não obstante a realização de uma inspeção inicial realizada pela Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica), entendo imprescindível o aprofundamento do trabalho para que esses indícios sejam avaliados e, caso confirmados, prontamente corrigidos. Relaciono, a seguir, exemplos de problemas que precisam ser solucionados imediatamente:

- a) Indicadores regulatórios de desempenho no contrato da Enel insuficientes para assegurar uma boa qualidade de serviços para a população e que não incentivam investimentos adequados por parte da concessionária;
- b) Deficiência no encaminhamento de informações tempestivas pela Enel à Aneel, à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp), ao Governo do Estado e aos Municípios atingidos para que eventos de crise possam ser acompanhados com maior celeridade;
- c) Baixa autonomia da Arsesp no convênio firmado com a Aneel nas atividades de fiscalização;
- d) Insuficiência de mecanismos que possam prever catástrofes naturais com agilidade e antecipação;
- e) Lentidão da concessionária em solucionar esse tipo de problema diante da insuficiência de funcionários;
- f) Baixa governança do Ministério das Minas e Energias e da Aneel para o acompanhamento do tema;
- g) Insuficiência de avaliação e tratamento de riscos pela concessionária para minimizar prejuízos decorrentes de catástrofes naturais;
- h) Planos de contingência definidos pelas partes, mas não cumpridos pela concessionária.

16. Como visto, a situação é muito grave e preocupante!

17. Estamos ainda no início do período chuvoso e tivemos elevados prejuízos para a maior parte dos cidadãos paulistas. **Qual será o cenário se novos eventos similares ocorrerem nas próximas semanas?**

17. Não é objetivo esgotar o tema neste momento, até pelo fato de que o AudElétrica deverá se aprofundar no estudo de causas e soluções para que eventos similares não se repitam em São Paulo e até mesmo no Brasil, razão pela qual entendo oportuno restituir os autos à unidade técnica para complementação do trabalho em face da ocorrência desse novo apagão.

18. Mesmo assim, entendo que algumas medidas podem ser avaliadas por este Plenário.

19. A primeira me parece bastante simples. É dever da concessionária, pelo fato de estar encarregada da prestação de um serviço público, compartilhar as informações de seu controle operacional em tempo real com a Aneel, a Arsesp, o Governo de São Paulo e Municípios afetados para que esses serviços possam ser continuamente monitorados com maior celeridade, ampliando a articulação dos agentes públicos envolvidos com o atendimento dos usuários. Porém, conforme informações coletadas na reunião com o Governador e Prefeitos, isso não está sendo feito. Considerando que o controle externo neste caso é de segunda ordem, cabe determinação cautelar à

Aneel para que envie esforços junto a concessionária para que essas informações sejam disponibilizadas.

20. A segunda refere-se à avaliação por parte do concedente (MME) e da Aneel, diante da gravidade do cenário, para a adoção de medidas mais severas, como a necessidade de intervenção, prevista nos arts. 32 a 34 da Lei 8.987/95, e/ou a declaração de caducidade da concessão, prevista no art. 35, inciso III, da mesma lei. Como a competência desses atos é do Poder concedente, entendo desnecessária ação imediata do TCU, sem prejuízo do acompanhamento da gestão dessas medidas pelo Poder Público.

21. A terceira é restituir os autos à AudElétrica para o aprofundamento dos estudos relativos aos novos indícios de irregularidades constatados com o novo apagão e apresentação das devidas medidas corretivas.

Ante o exposto, VOTO por que o Tribunal adote a minuta de acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2024.

Ministro JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES  
Relator

## ACÓRDÃO Nº 2191/2024 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 037.796/2023-2.
- 1.1. Apensos: TCs 039.401/2023-5; 039.110/2023-0; 007.896/2024-7.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidades Jurisdicionadas: Agência Nacional de Energia Elétrica; Enel Brasil S.A; Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica).
8. Representação legal: não há.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para que este Tribunal analise as causas do blecaute ocorrido na Rede de Distribuição do Estado de São Paulo e acompanhe as medidas adotadas pelo Governo Federal no que se refere à obtenção de explicações das concessionárias de distribuição de energia elétrica em São Paulo sobre a interrupção nos serviços públicos essenciais prestados, conhecida por meio do Acórdão 2.605/2023 - TCU - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar cautelarmente à Aneel, sem oitiva prévia, com base no artigo 276 do Regimento Interno do TCU, que operacionalize imediatamente, junto à Enel-SP, o compartilhamento das informações em tempo real do centro de operações da distribuidora com a própria Agência, a Arsesp, o Governo de São Paulo e os municípios afetados pelos sucessivos apagões para que os serviços possam ser continuamente monitorados com maior celeridade, ampliando a articulação dos agentes públicos envolvidos com o atendimento dos usuários, fixando prazo de quinze dias para que se pronuncie a respeito da matéria;

9.2. restituir os autos à AudElétrica para o aprofundamento dos estudos relativos aos novos indícios de irregularidades constatados com o novo apagão.

## 10. Ata nº 42/2024 – Plenário.

11. Data da Sessão: 16/10/2024 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2191-42/24-P.

## 13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

BRUNO DANTAS  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)

AUGUSTO NARDES  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA  
Procuradora-Geral